



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

O GOLPE INSTITUCIONAL E A REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO: O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

DONIEGO FERREIRA DE LIMA¹
GIRLAN GUEDES DOS SANTOS²
JULIANA NUNES PEREIRA³

Resumo: Este artigo configura-se como uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar as influências do pensamento conservador na emergência e no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Nesta perspectiva, o texto perpassa a gênese do pensamento conservador e sua influência para o serviço social no Brasil e seus rebatimentos históricos. Explicitamos a afirmação da aliança entre o conservadorismo e o liberalismo, enquanto estratégia de assegurar a hegemonia do capital, com ênfase no contexto pós-reestruturação produtiva, com foco nos governos neoliberais em suas diversas nuances, como o neodesenvolvimentista e no pós golpe (2016).

Palavras-chave: Conservadorismo; Serviço Social; Golpe Institucional

ABSTRACT: This article is a bibliographical research with the objective of analyzing the influences of conservative thinking in the emergence and development of Brazilian Social Service. In this perspective, the text runs through the genesis of conservative thinking and its influence on social service in Brazil and its historical repercussions. We explain the affirmation of the alliance between conservatism and liberalism, as a strategy to ensure capital hegemony, with emphasis on the post-productive restructuring context, with a focus on neoliberal governments in their various nuances, such as the neo-redevelopmentist and post-coup (2016).
.Keywords: Conservatism; Social service; Institutional Coup

1. INTRODUÇÃO

Instigados pelos desafios que vivemos no cenário contemporâneo brasileiro, especialmente em relação a instauração de práticas e ideologias conservadoras, que permeiam todo tecido das relações sociais sob o comando do sistema capitalista, para garantir os seus interesses de classe e reafirmar a condição de dependência dos países periféricos, a exemplo do Brasil, o presente trabalho desenvolve uma análise

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: < girlan-sax@outlook.com >

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

sobre o surgimento do conservadorismo até sua transformação em ideologia, aliando-se ao liberalismo no intuito da manutenção do status quo e da hegemonia do capital no tempo histórico presente.

No âmbito do debate profissional, buscamos desvelar a aproximação histórica do Serviço Social com o pensamento conservador, evidenciando as matizes teórico-ideológicas, bem como os métodos que fundamentaram a prática dos/as Assistentes Sociais desde o período de emergência da profissão até seu desenvolvimento no interior da sociabilidade vigente.

Nessa linha de análise situamos o Serviço Social como produto direto da realidade social, influenciado pelo desenvolvimento de ações religiosas e de instituições estatais, em consonância com a necessidade de atender também os interesses da ordem monopólica. Partindo da perspectiva de reconstrução do trajeto da profissão nos moldes do capital, sinalizamos também a relação entre o Serviço Social e a tradição marxista, responsável por impulsionar o avanço de pesquisas críticas e propositivas acerca do movimento da realidade concreta, bem como a afirmação das representações político-formal da categoria, como o Código de Ética, a Lei que regulamente a profissão e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social (ABEPSS).

As condições que abarcam o lastro histórico das metamorfoses no campo do Serviço Social nos coloca diante da necessidade de refletir sobre as incidências da pós-modernidade na formação e no desdobrar da ação profissional de Assistentes Sociais, mas também de nos debruçarmos sobre os aspectos mais desastrosos que marcam a política nacional, em especial a partir da consolidação do golpe de Estado, realizado em 2016, com o sufrágio popular de 5,4 milhões de brasileiros.

Para avançarmos nesse percurso analítico, compreendemos que a realidade é dinâmica e indubitavelmente perpassada de contradições de cunho político-econômica e social. Destarte, partimos da perspectiva da totalidade inscrita no método em Marx, como caminho imprescindível à superação da aparência fenomênica e a apreensão crítica do real concreto em suas múltiplas determinações.

2. GÊNESE E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO CONSERVADORISMO

Para adentrar a discussão sobre a gênese do pensamento conservador, é necessário fazer um resgate ontológico, entender como surge, quais as mediações e contradições que permeiam essa criação ideológica. Nesse sentido, situa-se em torno

do debate que envolve as *Reflexões sobre a revolução francesa*, de Edmund Burke, tido como fundador do conservadorismo ao publicar texto em 1790, com conteúdo antirrevolucionário e contra os revolucionários radicais.

O conservadorismo na percepção de Nisbet (1981), coloca-se como uma tendência de preservar o que está estabelecido, onde o mesmo põe o conservador como aquele que mantém instituições e pontos de vistas já existentes, contrário a qualquer mudança ou inovação, seu paradigma é a manutenção e conservação da ordem. Porém, a questão moral do conservadorismo não é o ponto principal, buscamos seu entendimento na economia e na política, que é onde adquire importância para ideologia da classe dominante, levando em consideração que uma ideologia só tem legitimidade dentro de um sistema de classe.

Para tanto, é bom situar, que a crítica de Burke está entrelaçada ao movimento histórico que antecedeu a Revolução Francesa (1789), uma revolução política, onde a burguesia cumpriu o papel de destruir o Estado feudal e montar seu próprio Estado. Netto (2011) sinaliza que é no período de reconfiguração da sociedade burguesa que surge o pensamento conservador, “frente a um dos maiores acontecimentos que se sucedeu no mundo até a presente data”.

Destarte, retornamos a obra de Burke e suas concepções da revolução que é o ponto de partida do conservadorismo clássico.

Para Burke, a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade, momento fundador de uma nova sociabilidade e, por isso, crivado de contradições, tenções [...]. Para o irlandês radicado na Inglaterra, esse tipo insurrecional de revolução é tomado, de maneira unilateral, como momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas (SOUZA, 2016, p. 363).

Burke não apresenta-se contra o capitalismo, seu repúdio é a revolução que tende a mobilizar as massas e conseqüentemente causar a mudança. Sua intenção era clara, de preservação das instituições políticas britânicas que dominavam o modo de produção capitalista. Trabalhando com a irracionalidade e aceitação de hierarquia social e da propriedade e tendo a religião como autoridade secular e suprema.

Nas palavras de Nisbet (1981), essa onda conservadora que é explicitada por Burke, se volta para as premissas da sociedade medieval em busca de inspiração, lançando-se assim no mundo moderno. Os conservadores

abominavam os questionamentos da realidade metafísica, para eles, em especial na França isso deveria ser inquestionável.

A defesa de Burke era enquadrada dentro dos rituais religiosos, segundo o conservador, “o homem vive e deve sempre viver através da prática do ritual da cerimônia e da adoração”(BURKE, *apud* NISBET, 1981, p.70), assim, também enfatiza os princípios da legitimidade e da autoridade, que segundo Tocqueville (2017), a autoridade não degrada, ela reforça.

Os conservadores condenavam a ideia de separação entre igreja e Estado, tratavam como uma heresia, uma estupidez, pois de acordo com os mesmos, seria impossível uma sociedade existir sem religião como expressão institucional. Corroborava ainda com a ideia do individualismo, “como instrumento mais aquedado para dissolver a harmonia orgânica da sociedade” (NETTO, 2011, p.59).

Aqui também, é necessário apresentar como o pensamento conservador de Burke trata o “preconceito”, tecendo elogios e elogios, afirma que “o preconceito é um resumo, na mente individual, da autoridade e da sabedoria contidas na tradição” (BURKE, *apud* SOUZA, p.373). Como destaca Mannheim (1981), o pensamento conservador se concentra no passado, na medida em que o passado sobrevive do presente, para que o conservadorismo moderno pudesse se desenvolver como filosofia política e consciente, aposta na filosofia do iluminismo e liberal, tinha que existir um conhecimento autêntico.

É no pós 1948 que o conservadorismo irá se aliar com o positivismo, onde nasce as modernas ciências sociais, que será de suma importância, sobretudo como instrumento da burguesia em um período marcado pela decadência

A atenção dos conservadores se voltará para a construção de um corpo de conhecimentos que, favorecendo a gestão da ordem burguesa (mesmo que, para esta funcionar, haja que promover reformas dentro da ordem), permita controlar e regular suas crises, e assim, superar a ameaça revolucionária (NETTO, 2011, p.52).

O desenvolvimento do pensamento conservador decorre do esgotamento do ciclo revolucionário burguês, como foi explicitado

anteriormente, a burguesia e aristocracia se aliam Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, afirma que o conservadorismo e o liberalismo passam a andar de mãos dadas, ao descrever os acontecimentos parlamentares da época dentro do chamado Partido da Ordem. Vale destacar, que Marx no capítulo XI, em *O capital*, distribui um conjunto de farpas a Burke, lhe atribuindo “adjetivos de sofista e siconfanta”, e que não era de admirar que ele, fiel às leis de Deus e da Natureza, vendeu sempre a si mesmo no melhor mercado!(MARX, 1986, *apud* SOUZA, 2016, p. 363). Mais adiante, com a sociologia de Émile Durkheim referente à ordem da integração, do controle e da coesão social, que estão imbricados diretamente com os traços do conservadorismo. É bom ponderar, que nenhum pensador conservador dos que foram referenciados aqui faz um ataque sistemático ao pensamento do direito natural, cada um critica em alguns aspectos diferenciados.

Entretanto, o conservadorismo frente às expressões da “questão social⁴”, dos movimentos revolucionários do proletariado, rende-se a lógica do sistema de produção capitalista, e torna-se contrarrevolucionário, buscando disseminar perspectivas voltadas para reformas e preservação da ordem vigente. Estando sob os pilares do pensamento liberal, o conservadorismo é usado como instrumento ideológico da sociabilidade capitalista, que tende a se espalhar com afinco sobre todas as relações sociais contemporâneas, isso a nível, cultural, econômica e política.

É fundamental explicitar que o pensamento conservador perpassa inclusive as categorias profissionais brasileiras, influenciando na formação profissional, bem como no exercício cotidiano face às expressões da “questão social”, a exemplo do que ocorre com o Serviço Social, cuja gênese e desenvolvimento estão centrados em matizes teórico-ideológicas de caráter veementemente conservadoras.

⁴ Segundo Yamamoto (2013, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

3. CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: APROXIMAÇÃO HISTÓRICA

A presente análise está diretamente relacionada ao esforço de interpretação e reconstrução da processualidade histórica entre a profissão de Serviço Social – enquanto categoria interventiva – e o conservadorismo, visando apreender as reais incidências para desdobramento do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais desde sua origem até seu desenvolvimento.

Compreender o desenvolvimento do exercício profissional dos Assistentes Sociais enquanto resposta às inéditas características da “questão social” no contexto de capitalismo monopolista, requer um resgate da fundamentação teórico-ideológica das práticas da categoria desde os seus primórdios, de modo a desvelar a relação do conservadorismo com o Serviço Social nas diversas fases do seu complexo processo evolutivo.

É na seara do reformismo conservador, com fortes investidas da igreja católica no início dos anos 1930, para alcançar suas prerrogativas mediante o robustecimento da secularização da sociedade, que se encontram as premissas para o entendimento cristalino da aliança sociopolítica do Serviço Social com o conservadorismo, sobretudo por se tratar de uma profissão de base confessional, inserida na divisão do trabalho, que se desenvolve no interior das correlações de forças entre igreja e Estado.

Segundo Yamamoto (2013, p. 20)

O movimento de “reação católica” é respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo liberal. A igreja luta, ainda, pela sua legitimação jurídica de suas áreas de influência dentro do Estado.

O Serviço Social emerge como resultado das ações da classe dominante numa perspectiva de formação doutrinária das figuras femininas, com o interesse de proporcionar uma prática voltada à moralização das famílias operárias. Evidencia-se a superação da ação meramente caritativa, de cunho

tradicional⁵, abrindo vias à intervenção de carácter ideológico para assegurar a adequação dos trabalhadores às necessidades de fortalecimento do capital.

A fonte do desenvolvimento do aparato técnico-científico do Serviço Social ocorre vinculada ao surgimento das escolas de Serviço Social, em 1936, em São Paulo, e em 1937, no Rio de Janeiro, que, segundo Iamamoto (2013), só foi possível através do avanço das Ciências Sociais no campo do pensamento conservador, em especial da vertente empirista norte-americana.

Destarte

O serviço Social mantém seu carácter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação - o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais (IAMAMOTO, 2013, p. 24).

Os anos 1940 demarcam um período de transição no campo da influência teórico-ideológica sob o Serviço Social brasileiro, que passa das inflexões do pensamento conservador às incidências da sociologia conservadora norte-americana, priorizando a concepção de comunidade como orientadora do exercício profissional. Vale apontar que nesse contexto o projeto da ação profissional encontra-se fundado tanto no reformismo conservador quanto na filosofia aristotélico-tomista.

Esse seria pois o solo fértil para o desenvolvimento do processo de profissionalização e legitimação do Serviço Social, ainda perpassado por um conteúdo nitidamente conservador – empirista e pragmático – aliado a ampliação das instituições de carácter socioassistenciais do Estado.

⁵ Sugerimos entender como Serviço Social tradicional “ a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um todo dado factual ineliminável” (Netto, 1981, p. 44)

No interior dessa referência analítica, é necessário reafirmar que o Serviço Social se engendra no campo da reprodução das relações sociais da época e possui forte imbricação com o aparato do poder.

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organização patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e a prestação de serviços sociais à população. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas (IAMAMOTO, 2013, p. 86).

Com a progressiva institucionalização do Serviço Social, é perceptível a continuidade da lógica conservadora impetrada na prática profissional dos/as Assistentes Sociais, que se expressam inclusive nos discursos profissionais verificados na atuação através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, No Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946, nas ações desenvolvidas a partir da Fundação Leão XIII, também em 1946.

Indo além dessas instituições, cabe frisar que é decorrer da década de 1960 que a categoria profissional passa a experimentar transformações significativas, relacionadas à lógica modernizadora da dimensão teórico-metodológico e técnico-operativo, propiciando uma redefinição, acompanhada da ampliação das funções desenvolvidas pelos/as Assistentes Sociais.

Não obstante, “é no período que se situa entre os dois primeiros Congressos Brasileiro de Serviço Social (1947 – 1961) que, no essencial, se gestam as condições para aquele florescimento da profissão” (IAMAMOTO, 2013, p. 358 – 359). Entretanto, trata-se de uma transformação em consonância com o a ideologia burguesa, para atender as necessidades de expansão econômica e a consequente consolidação da perspectiva desenvolvimentista em território nacional.

É relevante apontar, ainda que de maneira ensaística, as especificidades assumidas pelo Serviço Social no interior do desenvolvimento do ciclo autocrático burguês. Evidencia-se nesse contexto uma forte contribuição à reprodução das formas mais tradicionais e, portanto, conservadoras no campo do Serviço Social.

No que diz respeito às metamorfoses da prática dos/as profissionais, é imprescindível estabelecer sua conexão com o aprofundamento da ordem monopólica, criando as condições necessárias ao processo renovação do Serviço Social, que também só ocorre sob a influência direta do movimento de reconceituação Latino-Americano.

O conservadorismo na categoria profissional, segundo Netto (2012, p. 91):

[...] se fará fortemente presente no processo de reconceituação, sobretudo por meio de duas tendências: a “perspectiva conservadora” (Netto, 1991, p. 164) e a “reatualização do conservadorismo” (Netto, 1991, p. 201). Ainda que ambas claramente finquem suas bandeiras no campo do conservadorismo, os caminhos adotados por elas são diferentes e as colocam, em determinados momentos, em oposição.

Com características bastante peculiares, voltados a nítidas contribuições com o desenvolvimento do país, atuando de maneira funcional, especialmente a modernização conservadora – em meados dos anos 1960 - no processo de manutenção e controle dos conflitos sociais oriundos da autocracia burguesa, e, a perspectiva de reatualização do conservadorismo, nos anos 1970, pautado na matriz teórica fenomenológica, não desenvolve quaisquer postura crítica à ordem social vigente, apresentando-se, pois, como instrumento de manutenção. Nesse contexto, também se engendra de maneira enviesada a aproximação com a tradição marxista.

Somente nos anos 1980 é que o Serviço Social se debruça sob estudos mais profícuos em relação à tradição marxista, criando o espaço propício para o desdobramento de posturas críticas, atreladas à esquerda, e de forte resistência à ordem ditatorial da burguesia. Nesse sentido, o Serviço Social brasileiro adentrou na terceira perspectiva que constitui o processo de renovação, a intenção de ruptura, que propõe através do método crítico-dialético a leitura concreta da realidade concreta, pautada em contextualização e análise histórica.

4. NEOCONSERVADORISMO, SERVIÇO SOCIAL E A “AGENDA GOLPISTA”: INTUIÇÕES PRELIMINARES

A partir dos anos 1980, o mundo mergulha na reestruturação produtiva e com isso, no contexto desenvolvimento do capitalismo maduro, com a adoção de medidas complexificadas para a maximização do lucro, em detrimento do aumento exponencial da exploração da força de trabalho, as relações sociais e suas mais diversas nuances igual se intrincam. A conjuntura de crise do capital (1970), reestruturação produtiva, mundialização do capital, apontam para a prática discursiva da necessidade redução do papel Estado, com a implementação posterior de perspectiva restritiva.

As transformações do capital em sua complexidade, e as consequentes mudanças no âmbito da cultura e da política e as inovações tecnológicas, trouxeram à tona questionamentos acerca da validade do referencial teórico marxista. A crise de paradigmas estaria relacionada às teorias sociais ou metanarrativas, relacionando-as a insuficiência no que concerne a explicar os fenômenos sociais, na contemporaneidade.

O abandono das categorias da totalidade e da essência em detrimento da aparência do real concreto está expresso entre as características da pós-modernidade. Em síntese, Magalhães (2004) afirma que a pós-modernidade é um fenômeno próprio da mundialização do capital, cuja gênese teórica não nova, mas somente agora se mostrou capaz de plena realização.

O foco no individual, no efêmero, no subjetivo, permearia a totalidade da vida social, na perspectivas pós-moderna. Esta visão fragmentada da realidade social, corresponde em real proporção as necessidades do capitalismo contemporâneo, arrefecendo a crítica teórica e as ações políticas.

Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, p. 623-624, 2015).

No Brasil⁶, os anos 1980 foram fortemente marcados pela luta contra a ditadura militar e pela articulação dos movimentos sociais frente ao processo de redemocratização do país. Seguiu-se daí a Constituição Federal, que conforme MOTA (2012) garantiu relevantes direitos sociais e um novo paradigma de gestão das Políticas Sociais e controle social. Contudo, a década vindoura, trouxe-se consigo a ofensiva Neoliberal, com medidas privatizantes e flexibilização dos direitos previstos na Carta Magna.

O Brasil adotou o modelo neoliberal de desenvolvimento. As transformações ocorridas foram impulsionadas pelos países capitalistas desenvolvidos e trouxeram os paradigmas da nova divisão internacional do trabalho e a implementação das pautas do Consenso de Washington⁷. O propósito é aprofundar a reestruturação produtiva do capital, com reformas estruturais da economia e a recomposição patrimonial de riquezas.

Segundo Behring (2003) o governo de Fernando Henrique Cardoso apresentou traços marcantes da ofensiva contrarreformista, com apelo ao mercado internacional e as agências internacionais de crédito. O contexto reflete o aprofundamento das desigualdades sociais, concentração de renda, desemprego estrutural e redução dos gastos sociais. O receituário é bem conhecido: privatizações, abertura da economia e desregulamentação do Estado.

No âmbito do serviço social, a profissão fora se configurando ao longo da história, entre projetos progressistas e conservadores que, não obstante, refletiam as transformações históricas e os fatores contextuais em maior ou menor proporção, no Brasil, América latina e no mundo. Assim, conforme Netto (1996) o aparecimento do serviço social está relacionado às mazelas próprias à ordem burguesa e, inferimos a sua transformação mediante o movimento do capitalismo.

O evencer do serviço social tradicional perpassaria a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura,

⁶ Importante compreender o Brasil mediante traços de um capitalismo hipertardio e dependente e seus rebatimentos na política, cultura e economia. (Ver FERNANDES, 2009)

⁷ O Consenso de Washington deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise de reformas a serem implementadas pelos países periféricos (MOTA, 2005, p. 80).

sendo esta última a que sinalizaria efetivamente esta erosão, conforme assinalamos⁸. O encontro efetivo com o marxismo proporcionou não apenas outra maneira de enxergar o real concreto, mas também o desenvolvimento de prática pautada na perspectiva da totalidade social, contrapondo-se ao avançar da ofensiva neoliberal e neoconservadora.

No âmbito da profissão esta década fora marcada pela instituição Código de Ética profissional (1993); A Lei que Regulamenta a Profissão nº 8.662 (1993), as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996) - projeto ético político, que apresentavam o compromisso profissional com uma das classes fundamentais, a classe trabalhadora.

Em sentido mais amplo, estes avanços se confrontavam ao paradigma neoliberal, implementado posteriormente a instituição da constituição federal.

O caráter conservador do projeto neoliberal se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e, de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais acumuladas são transformadas em "problemas ou dificuldades", causa de "gastos sociais excedentes", que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados (IAMAMOTO, 2009, p. 2).

Trata-se da atualização do conservadorismo em contexto do capitalismo contemporâneo, refletindo a materialização da exploração, da dominação e da desigualdade, onde a acumulação capitalista alicerça bases para a reprodução social da barbárie⁹.

Os rebatimentos desta conjuntura para o serviço social refletiriam em seu projeto profissional crítico, sobretudo no exercício profissional, pautando a disparidade entre teoria e prática, e buscando o desalinhamento das dimensões ético-políticas, teórico-metodológica e técnico-operativa. O

⁸ O serviço social brasileiro surge para tratar da questão social, buscando novos caminhos a partir da década de 1960, afastando-se do conservadorismo. Deve-se atentar para a relevância da historicidade, compreendendo o serviço social na história.

⁹ Trata-se a era dos monopólios, de padrão toyotista, que promove a substituição do *trabalho vivo* por *trabalho morto*, arremessando a força de trabalho a precarização efetiva.

propósito neste contexto é imediato e o superficial, focada na prática restritiva e burocratizada (SIMIONATO, 2009).

Barroco (2015) afirma que a questão social nos anos 2000 retorna como “caso de polícia”, alicerçada em uma agenda neoconservadora, estabelecendo uma guerra, contra negros e pobres prioritariamente, aqueles que estariam à margem da lei, dos costumes, do mercado de trabalho, do consumo, das elites.

No Brasil, os anos 2000 fora marcado pela instituição de um “paradigma alternativo” ao neoliberalismo, que ficou conhecido como o *neodesenvolvimentismo*, implementado no governo de Luís Inácio Lula da Silva, com a perspectiva de articular o desenvolvimento capitalista com a adoção de políticas sociais e distribuição de renda, em uma proposta de ampla conciliação de classes.

A gestão da crise do capital, por parte do Estado, articularia o consenso e coerção, através de programas sociais compensatórios e da institucionalização da repressão armada. Em grande medida a uma das mais relevantes expressões de coerção, a ocupação no Rio de Janeiro (BARROCO, p. 627, 2015).

De mais a mais, no âmbito do trabalho, segundo dados do DIEESE (2015), o Brasil é fortemente marcado pelo emprego de curta duração, que reflete outro indicador da flexibilidade contratual de trabalho. Entre os anos de 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos aconteceram com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho.

Boschetti (2016), no contexto dos governos petistas, se refere à ampliação da assistência social, com vista a garantir o consumo e enfrentar a crise econômica, ou seja, garantir a reprodução ampliada do capital. O Brasil assistia em 2010, 12 milhões de famílias com Programas de transferência de renda. As diversas políticas sociais refletiam o esvaziamento em detrimento dos interesses do mercado, na previdência social a redução dos valores dos benefícios e a dificuldade no acesso ao direito; na assistência social, a adoção de condicionalidades dilacerantes e a redução dos valores dos benefícios; e no trabalho, a fragilização das relações trabalhistas e de acesso aos direitos trabalhistas.

O golpe¹⁰ de 2016 significou o aprofundamento da retração de direitos¹¹ em todos os âmbitos no Brasil. *Uma Ponte para o Futuro* documento apresentado pelo Partido do então Vice Presidente da República, apresentava os interesses do mercado para o conjunto da vida social. Ao governo golpista interessava o *vis-à-vis* entre o Brasil e o retorno do liberalismo e do conservadorismo.

A proposta é de redução de gastos sociais para fins de equilíbrio das contas públicas. O ajuste fiscal permanente seria necessário para garantir o crescimento econômico. Das medidas adotadas, a redução de Ministérios estratégicos fora a primeira, seguidas por aprovação do aumento da DRU, a aprovação de Emenda à Constituição nº 55 - que congela os investimentos nas políticas por 20 anos; a contrarreforma trabalhista, e a propagação da necessidade da contrarreforma da previdência, prostrada por estratégias do “governo”, mediante “resistência” da Câmara Federal, em grande medida em virtude do processo eleitoral vindouro.

A instituição do Programa Criança Feliz é “emblemático” as políticas sociais, refletindo a volta do primeiro damismo ao Brasil, em tom emotivo e maternal. O Programa resgata a negação dos direitos sociais, a desprofissionalização das políticas sociais e o aprofundamento da divisão sexual do trabalho, colocando a mulher na esfera reprodutiva e em condições de subalternidade, sendo este o papel da mulher no interior do patriarcado, sendo diuturnamente reatualizado, no contexto hodierno.

No âmbito da profissão presencia-se a intensificação do trabalho, a redução de direitos do trabalho, subcontratações e hierarquizações exacerbadas. O conservadorismo aponta para o serviço social a modernização de velhas práticas, já há muito abandonadas pela profissão, prezando pelo abandono da ontologia e da perspectiva da totalidade, não apenas visando a fragmentação teórica, mas sobretudo na perspectiva interventiva, visando

¹⁰ Importante mencionar o papel do Poder Judiciário neste processo e os questionamentos sobre a possível insegurança jurídica que circundam o Golpe institucional no Brasil.

torna-la acrítica e a-histórica, com fulcro ao não vislumbre da essência do real e as possibilidades de transformação.

O Governo golpista visa desconfigurar o direito social, traduziu-o em práticas filantrópicas, visando o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reduzindo-o ao clientelismo.

O contexto é adverso às conquistas sociais e ao serviço social. As proposições de arrocho fiscal, de contrarreformas, a retração de direitos, são pautados a passos largos, sem necessariamente apoquentar a burguesia nacional. A Receita para este Governo Burguês e GOLPISTA para maximizar o lucro de poucos brasileiros e muitos estrangeiros, é terceirização e contrarreformas trabalhista e previdenciária. A revogação da CLT era algo desejado há vários quartos de século, pela “burguesia dependente”, que sempre esteve como espectro do Estado Brasileiro.

Sobre o trabalho intermitente, este é o mais rentável, antes do trabalho escravo. As empresas podem contratar um funcionário para trabalhar esporadicamente e pagá-lo apenas pelo período em que prestou seus serviços. Nesta modalidade de contrato, o/a trabalhadora só trabalha e recebe remuneração quando “chamado” pela empresa, não havendo garantia de jornada mínima e de renda mínima.

O neoconservadorismo é signatário do capitalismo moderno, sendo estratégico ao espraiamento dos interesses da burguesia. Em contexto de *democracia blindada* – se é que poderíamos falar em democracia no contexto atual – os interesses da classe trabalhadora são marginalizados. A exacerbação da moral, dos costumes e da tradição conservadora permeia sem ruborizar diante dos traumas do ceifamento da participação e do controle social.

A emergência se faz presente para que o serviço social se organize e articule-se nos mais diversos âmbitos - academia, sindicatos, movimentos sociais - promovendo o reafirmar não apenas de seu projeto profissional, mas da direção classista que aponte para uma nova sociabilidade, traduzida não apenas na emancipação política, mas, sobretudo humana.

5. CONCLUSÃO

A análise do social deve se pautar na unidade teórica de forma articulada, direcionada sempre pela perspectiva da totalidade. As formulações devem ter lastro na historicidade e no tratamento do real concreto em sua concreticidade. A orientação pautada no marxismo perpassa a ontologia, reproduzindo com fidelidade o movimento do real, rompendo com a pseudoconcreticidade.

Se assim entendemos, o serviço social como resultante do desenvolvimento capitalista, refletiu ao longo da história aspectos deste paradigma, em prospecções de manutenção, avanços críticos e retornos conservadores, e o refletir destas múltiplas possibilidades coexistindo, com hegemonia diversa em períodos dissímeis.

O emergir da profissão alicerçada no pensamento conservador e as transformações em direção a uma perspectiva crítica, refletem o fulcro da profissão ao longo do século pretérito. No último quarto deste, a criticidade se choca com a implementação do paradigma neoliberal, se confrontando com este ao tempo em que institui seu código de ética, a lei que regulamenta a profissão, as diretrizes curriculares e o Projeto Ético-político.

O compromisso assumido com a classe trabalhadora e a materialização através da efetiva articulação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológica e técnico-operativa, defronta-se com a perspectiva fragmentária, superficial e essencialista. A crise estrutural do capital trouxe consigo conflitos para a vida profissional. O desmonte dos direitos sociais conquistados no pós 1980, foram paulatinamente cassados. Ao serviço social foram impostas soluções pragmáticas, que visavam a imediatividade da resolução dos prolatados problemas sociais, de forma individualizada, fragmentada, superficial, no âmbito da essência/aparência, elementos estes tão caro a pós-modernidade.

Dos governos neoliberais, neodesenvolvimentista e golpista, o resultante a profissão foi a necessidade real de resistência e manutenção da perspectiva crítica, frente a estes paradigmas. É fundamental reconhecer que o

conservadorismo sempre este presente na trajetória profissional e que a luta pela hegemonia profissional permeia a história. O contexto hodierno não difere das conjunturas históricas diversas - talvez apenas em proporção e abrangência.

O golpe institucional sofrido pelo Brasil, nos reafirma a necessidade de aprofundamento crítico. As estratégias de desmobilização social e esvaziamento das políticas sociais estão expostas. A defesa não apenas do Projeto Profissional, mas o ratificar do Projeto Societário que aponte para uma nova sociabilidade, reverbera sujeitos ativos, não por um imperativo essencialista, mas ontológico-prático, e o serviço social é fundamental nesta travessia.

5. REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Revista Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 124, 2015.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. Ed. São Paulo: Cortez/CELTAS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social contemporâneo. MOTA, Ana Elizabete e et al. (org) In.: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social – ensaios críticos**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MAGALHÃES, Fernando. **Tempos pós-modernos: a globalização e as sociedades pós-industriais**. São Paulo: Cortez, 2004.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabeth. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político para o serviço social brasileiro. In: Mota, Ana Elizabeth. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e redução das desigualdades**. São Paulo: Cortez, 2012.

NISBET, Robert. Conservadorismo e sociologia. In: MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981.
NETTO, Escorsim Leila. **O conservadorismo clássico: elementos da caracterização crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura de Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: ABEPSS/CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.

SOUZA, Jamerson M. A. de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, jun. 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Edipro, 2017.

UMA PONTE para o Futuro. Disponível em <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.